

06/lebo
22/7/97 7
429

TEMA EM DISCUSSÃO: Mogno

Crônica de um sigilo anunciado

ROSA ROLDAN

Foi através de um furo de reportagem do jornal "O Liberal", de Belém-PA, que veio a público o relatório sigiloso elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Política Florestal, coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República, no último mês de junho.

Com um diagnóstico estupefacente, a SAE mostra a atuação criminoso e o implacável avanço das madeireiras, entre as quais 22 estrangeiras, sobre a Amazônia. Interessante observar que as denúncias contidas no texto mais parecem ter sido feitas por ONGs ambientalistas do que por um órgão do Governo.

No documento, os trechos que mais se destacam são: na Amazônia 80% da madeira são extraídos de forma ilegal e seu índice de desperdício é estimado entre 60% e 70%; cerca de 20 mil extratos são contrabandeados por ano, devido à falta de uma lei que regulamente o acesso à biodiversidade e ao material genético; as empresas com capital estrangeiro possuem terras que garantem a produção anual de somente três mil metros cúbicos de madeira, embora sejam processados 30 milhões de metros cúbicos, cuja origem é de terceiros ou de áreas de reserva legal ou preservação permanente, evidenciando uma desproporção entre a entrada de capital declarado pelas empresas e

o volume de transações realizadas na exploração e comercialização de madeira. É revelado, também, que o total de áreas manejadas pelas madeireiras não corresponde à capacidade de produção, indicando que estão sendo burladas as normas legais vigentes, tanto para compra de terras, quanto para a exploração de madeira e ao manejo.

Diagnosticados os problemas, a própria SAE elaborou uma série de recomendações. Entre elas, a óbvia necessidade de um tratamento integrado da questão florestal envolvendo aspectos econômicos, ambientais, sociais, legais, administrativos e estratégicos. Exemplos de como atuar na área amazônica, ainda segundo o órgão do Governo, seriam a promoção social das comunidades que vivem da exploração dos recursos florestais, implantação da agricultura sustentável, atualização e cumprimento da legislação, aparelhamento das agências governamentais que atuam na fiscalização e monitoramento das florestas, cooperação internacional, e outros não menos importantes.

A necessidade de intensificar a articulação entre União, estados e municípios na implantação da política florestal brasileira e o fortalecimento institucional e financeiro do Instituto Bra-

sileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) também tiveram destaque no relatório. A própria SAE reconhece, ainda, a importância de um programa de treinamento e formação de recursos humanos voltados para a melhoria da pesquisa sobre a região.

Enquanto a SAE constata no seu relatório "sigiloso" o que muitos ecologistas já vinham denunciando, o presidente do Ibama, sr. Eduardo Martins, liderava a delegação brasileira no Zimbábue, abstando-se na votação sobre a inclusão do mogno no Apêndice 2 da Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas (Cites), perdendo a oportunidade do controle pela ONU do comércio dessa madeira sobre tão almejada internacionalmente.

Além disso, o Ibama, que nem sequer consegue monitorar os planos de manejo que ele próprio concede, pretende abrir parte das florestas nacionais para exploração privada de madeira. O primeiro edital de licitação foi publicado no último dia 15 de julho, e prevê a exploração de cinco mil hectares na Floresta Nacional do Tapajós, no Estado do Pará, que equivalem a cinco mil campos de futebol do Mara-

canã. O Governo federal assume, com seu discurso moderno na área econômica, que a entrada do Brasil no comércio internacional de madeiras tem um caráter prioritário, independentemente dos danos sócio-ambientais que isso possa acarretar. O relatório da SAE é um atestado da ineficiente e desastrosa política ambiental brasileira, que pode levar à destruição 2,3 milhões de quilômetros quadrados de florestas virgens.

Não é de se estranhar o fato de que figuras públicas denunciadas por seu envolvimento na compra de votos para reeleição de Fernando Henrique Cardoso e aguardando julgamento da Procuradoria-Geral da República por contrabando, corrupção, falsidade ideológica e peculato sejam as mesmas que convidam e incentivam a entrada de madeiras asiáticas conhecidas mundialmente pelo seu rastro de destruição e que controlam 70% do mercado de madeiras tropicais do mundo.

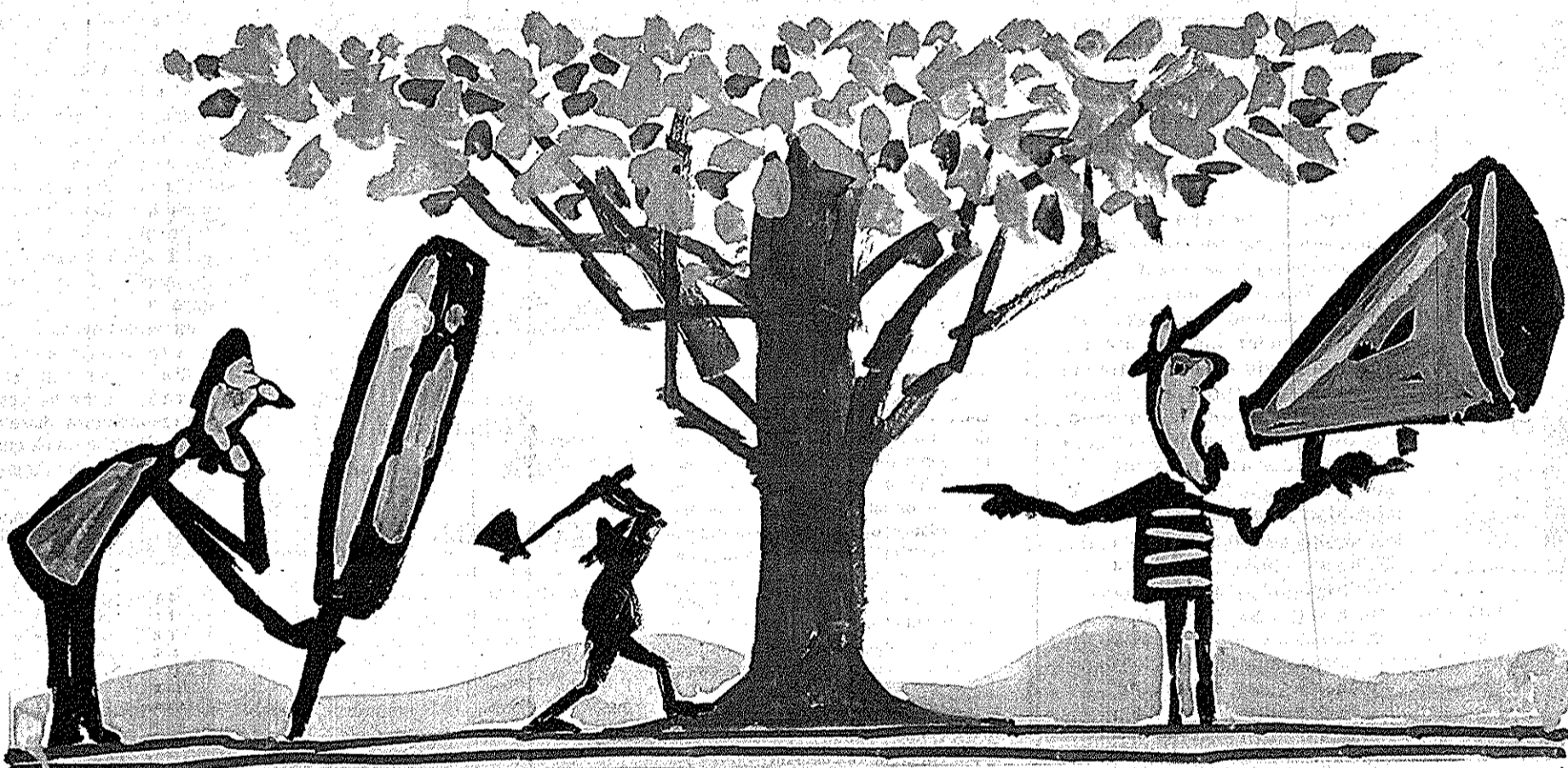
Quanto mais teremos que denunciar para que se faça justiça neste país?

Em 22 de dezembro de 1988, na pequena cidade de Xapuri, Chico Mendes era assassinado por ter se atrevido a defender nossas florestas e seu povo. Quase dez anos depois, ainda não podemos lhe dizer: Chico, descansa em paz.

ROSA ROLDAN é pesquisadora do Ibama.

Marcelo

Na Amazônia
80% da
madeira são
extraídos de
forma ilegal



Perdemos a batalha da informação

EDUARDO MARTINS

O mogno tem sido, em período recente, um dos mais importantes símbolos das ONGs internacionais. Utilizada em campanhas publicitárias, a espécie transformou-se numa das explicações mais frequentes dos males ambientais da Amazônia.

A simplificação não deixa de ser legítima e ainda apresenta certa funcionalidade, pois dramatiza o problema e sensibiliza os doadores de fundos que mantêm as máquinas das ONGs funcionando.

Toda facilidade, porém, tem seu preço. A escolha de símbolos pelas ONGs atrela o sucesso delas ao que acontece com as espécies problemáticas, transformadas em "garotas-propaganda". Imagine-se, por exemplo, a frustração dos doadores de fundos para salvar o urso panda se, depois de tanto esforço de proteção e investimentos, a espécie desaparecesse. O fracasso, por certo, arruinaria as finanças das ONGs por um bom tempo. Talvez aqui se possa encontrar a explicação para o fato de, até hoje, não ter surgido quem adotasse a ararinha-azul da caatinga que possui um só exemplar na natureza, no interior da Bahia.

Estas preliminares são fundamentais para se compreender as dificuldades e, às vezes, as reações raivosas que as ONGs estão manifestando com a derrota da inclusão do mogno na Convenção de Espécies Ameaçadas de Extinção — Cites.

De fato, a derrota foi significativa. Era a terceira vez em que se tentava a inclusão da proposta, com a agravante de que, na Conferência em Harare, as ONGs conseguiram o patrocínio da maior nação do mundo, os EUA, que buscaram, por sua vez, legitimar o

pleito com a Bolívia, subscritora da proposta. Contavam também com o apoio dos países europeus, onde a opinião pública foi muito sensibilizada com campanhas publicitárias tão intensas e agressivas que algumas das peças tiveram sua veiculação suspensa pelas autoridades que exercem o controle ético das difusões públicas (um adesivo de automóvel, por exemplo, continha a frase "Salve a Amazônia — mate um brasileiro").

Inegável que muito da exploração de mogno, na Amazônia, aconteceu sob bases predatórias. Mas este passo começou a ser resolvido em meados do ano passado, quando o atual Governo determinou medidas de moratória para novas explorações da espécie, reduziu pela metade a cota de exportação e ainda suspendeu ou cancelou 70% das autorizações existentes.

Baseado nestas iniciativas de proteção do mogno e na necessidade de construção de um posicionamento conjunto dos países amazônicos, o Governo brasileiro, ao ser formalmente consultado antes da Conferência, considerou a proposta americana desnecessária. Isto porque as medidas internas que adotamos são mais restritivas que as previstas na Convenção, e o consenso de tratamento de proteção entre os países que compartilham as mesmas espécies é fundamental para garantir resultados efetivos.

Infelizmente, nossas medidas e nossas ponderações foram consideradas, mantendo-se a proposta americana. Além do mais, a adesão da Bolívia impediu a construção de um consenso

regional no âmbito dos países amazônicos.

A partir desses precedentes, não houve outra alternativa para a delegação brasileira senão reafirmar, durante a Conferência, a confiança nas nossas iniciativas de proteção de espécie, criticar a proposta de inclusão por não considerar nosso esforço e insistir na necessidade do consenso dos países de ocorrência da espécie. Por não se chegar a um acordo, o Brasil declarou seu voto pela abstenção, solicitou o fim da estigmatização do mogno e assumindo que aceitaria o resultado da votação.

A votação do tema foi precedida de intensa movimentação. Os delegados americanos e bolivianos com planilhas de votação conferiram freneticamente o posicionamento dos mais de 120 países presentes. As ONGs faziam o corpo-a-corpo e inúmeras reuniões paralelas. Nossa delegação se restringiu a poucos encontros, reafirmando sempre suas críticas e mantendo a neutralidade, e informou aos países do Mercosul e da Amazônia que iria abster-se.

Talvez a verdadeira razão da derrota das ONGs esteja na incompetência por elas demonstrada. Ao fazerem circular uma lista de 55 espécies na qual incluíam madeiras do mundo inteiro, sobretudo dos países em desenvolvimento, perderam o apoio de votos potenciais a seu favor. Foram exatamente estes votos, sobretudo os dos países africanos, que faltaram para que as ONGs pudessem reverter a tendência da votação.

Discussão desse tipo não contribui

para o problema real que o Brasil tem que enfrentar — o estabelecimento de uma política florestal para a Amazônia. Tem-se perdido muita energia com aspectos secundários sem que se apresentem propostas de conteúdo para os desafios da Amazônia. Até porque deve-se considerar que a Convenção da Cites é da década de 70 e não recebeu as necessárias modernizações da década de 90, notadamente as surgidas da Rio 92; que ela trata apenas de comércio, de trocas econômicas, sem dispor de instrumento financeiro, e talvez por isso seja uma convenção muito cômoda para os países desenvolvidos que nada gastam para garantir sustentabilidade, cujo ônus sempre transferem para os países fornecedores de matérias-primas.

Cometemos, contudo, um erro profundo e fundamental durante a Conferência. Enquanto as ONGs internacionais com escritório no Brasil circulavam com seus laptops e celulares-fax e inundavam as redações brasileiras, sendo a única fonte de notícias e comentários, nossa delegação preocupava-se em cumprir uma orientação que entendíamos a mais apropriada. Fica a lição de que precisamos também disponibilizar a informação para a sociedade.

Por último, *last but not least*, é importante ressaltar que as ONGs no Brasil têm uma contribuição fundamental a oferecer, a de serem a parte profissional do controle social, o qual vai construir e alicerçar a democracia participativa, sem o que não teremos uma democracia plena. Infelizmente pelo comportamento que as ONGs tiveram nesse episódio fica claro que ainda temos um longo caminho a percorrer.

EDUARDO MARTINS é presidente do Ibama.